

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A) PREGOEIRO(A) PREFEITURA NOVO FRIBURGO

EM FUNÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

A empresa CONSULT MIDIA INFORMÁTICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.463.793/0001-88, que declara ser uma empresa idônea, vem, tempestivamente, por intermédio de seu representante legal, baseando-se na Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, à presença de Vossa Senhoria, nas disposições do Edital acima identificado, interpor a presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO com fulcro na Lei n.º 8.666/1993 1993 e Edital, contra a decisão que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA.

Como será demonstrada nas razões do presente Recurso, comprovaremos claramente que os pleitos contidos nesta peça, instam pela alteração da decisão promulgada.

Todavia, se assim não entender Vossa Senhoria, o que se admite apenas como argumento, requer a RECORRENTE, na forma do preceituado no art. 109 da Lei 8.666/93, que faça subir o presente RECURSO à autoridade superior, para a devida apreciação na forma da Lei.

Trata-se de que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da secretaria municipal de turismo e marketing da cidade de Novo Friburgo-RJ".

A análise da documentação de habilitação resultou na incorreta habilitação da empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA, eis que o não atendimento às exigências contidas no Edital para fins de habilitação eram flagrantes.

Ocorre que a análise mais detalhada e apurada da documentação apresentada pela empresa recorrida, conclui que a mesma apresentou documentação de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA sem validade e HABILITAÇÃO TÉCNICA não compatível com o objeto do certame, conforme iremos demonstrar nos tópicos seguintes.

I- INVALIDADE NA DOCUMENTAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Habilitação é uma das etapas mais importantes para participar nos processos de licitações. Esta fase é fundamental para que o licitante tenha sucesso nos processos de licitações, pois do contrário, se não satisfizer as exigências necessárias para participar nas licitações, apresentando a documentação e condições elencadas e exigidas na Lei 8666/93, não será declarado vencedor mesmo que seu preço seja o mais competitivo.

É dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado.

As exigências relativas à qualificação econômico-financeira tem por finalidade possibilitar à Administração Pública aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, em outras palavras, buscam prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Conforme o Art 31, inciso I da Lei 8.666/93 a administração pública deverá, quando da qualificação econômico financeira, verificar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, ou seja para o certame de 2022 o anterior significa 2021.

Segundo as normas contábeis a data limite de apresentação do Balanço Patrimonial de um exercício financeiro será sempre até 30 de abril do ano subsequente aos fatos registrados; a partir daí, os informes anteriores perdem a sua validade.

Ocorre que a empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA deveria apresentar o Balanço de 2021, porém a mesma apresentou Balanço Patrimonial referente ao ano de 2020 o qual segundo as normas contábeis citadas acima não tem validade, conforme observado pela pregoeiro(a) e citado via chat no sistema comprasgov:

"Pregoeiro - 27/07/2022 15:08:38 - Para GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA - Constatamos também, que o senhor enviou o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020."

"34.759.319/0001-17 - 27/07/2022 15:08:52 - Exato. Pediria os 5 dias úteis para regularização, pois já foram pagos os débitos e só falta o site da receita liberar."

"Pregoeiro - 27/07/2022 15:26:35 - Para GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA - Considerando o item 33.5 do Edital e considerando que a vossa empresa faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, concederemos o prazo de 05 dias úteis para que o senhor envie os documentos atualizados, quais sejam: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União."

"Pregoeiro - 27/07/2022 15:26:50 - Para GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA - E o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2021."

"Pregoeiro - 27/07/2022 15:27:47 - Para GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA - Convocarei o anexo para que possa enviar os documentos solicitados."

No próprio edital no item 19.8.2. diz que "Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida

neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; .”

A Lei complementar 123/2006 diz que “concede benefício de Regularização tardia de algum documento fiscal com pendências”.

Observa-se Regularização Fiscal.

De acordo com o edital e com a lei complementar 123/2006 a empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA se beneficiou por direito com esse benefício para regularização fiscal, e teve o prazo de 5 dias para regularizar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, porém existe uma grande diferença entre documento fiscal e Qualificação Econômica, talvez por desconhecer essa diferença a recorrida pediu em CHAT via sistema comprasnet 5 dias para regularizar sua QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA que é inválida para o certame.

Vejamos novamente o que a lei diz “benefício de Regularização tardia de algum documento fiscal” sendo assim não pode se beneficiar da Lei 123/2006 para apresentar demais documentos de habilitação a não ser os de habilitação fiscal.

Portanto, o Balanço Patrimonial apresentado pela referida empresa não é válido, e a apresentação deste documento é de extrema relevância e devem ser passíveis de inabilitação, pois não atendeu às exigências do Edital.

II - NÃO ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E EXIGÊNCIAS

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E EXIGÊNCIAS

21.1. – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

No termo de referência diz: “Contratação de empresa especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme Termo de Referência.”

Assim é nítido que embora a empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA tenha apresentado vários atestados, os mesmos não atendem a execução de objeto compatível com o objeto ou complexidade superior, pois os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovaram capacidade em desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, sendo esse item uma das maiores complexidades do termo de referência, desta forma a Recorrida efetivamente descumpriu mais um item de habilitação do Edital.

Tais incapacidades quanto a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, é determinante, efetivamente, na inabilitação da empresa GG MARKETING, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA no certame, com amparo no próprio edital.

Ao se dispensar exigências editalícias essenciais, com regras claras no instrumento convocatório, também será violador aos direitos dos demais licitantes que poderão questionar o ato decisório nas esferas administrativa e judicial.

III- DO PEDIDO

A quebra da isonomia, pela aplicação das regras do edital de forma diferenciada entre as licitantes, afeta a justa e ampla competição na licitação.

Desconsiderar as irregularidades significa conceder benefícios ao licitante que sem lisura procede a irregularidade incompletude em sua documentação.

ANTE O EXPOSTO, requer-se seja julgado procedente o presente recurso, reformando-se a decisão anterior, que habilitou a empresa recorrida cuja as documentações foram apresentadas sem validade e em desconformidade com o Edital, conforme demonstrado no presente recurso.

Não sendo este o entendimento, requeremos seja a presente peça submetida ao crivo de autoridade superior.

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Brasília, 9 de agosto de 2022.

RAUL MAIA DA SILVA

Fechar